A caderneta de poupança é um dos hábitos financeiros mais tradicionais entre os brasileiros. O costume, que data 161 nos, tem sido praticado por gerações, tendo em vista sua facilidade de gestão. Contudo, há 60 anos, outra modalidade de investimento tem marcado presença na concretização de objetivos, seja no âmbito pessoal ou profissional: o consórcio.

“Planejar e poupar são atitudes fundamentais para uma vida financeira organizada e tranquila. Assim, tem-se condições de realizar sonhos e colocar em prática diversos tipos de projetos”, diz Luiz Antonio Barbagallo, economista da ABAC.

A retenção e aplicação de parte dos rendimentos pode se dar por meio de vários produtos que o mercado financeiro disponibiliza. Entre eles, está o consórcio, ideal para investimentos em bens econômicos e a poupança para a remuneração por juros.

“Preferida por muitos pela segurança e simplicidade, e rejeitada por outros, muitas vezes por não oferecer rentabilidade satisfatória, a caderneta de poupança, há muito, caiu no gosto de grande parcela dos brasileiros e já faz parte da sua cultura financeira”, conceitua Paulo Roberto Rossi, presidente executivo da ABAC.

Poupar para objetivos

O consumidor poupa para a realização de objetivos, tais como a compra de um imóvel ou uma viagem de férias. Também faz isso para formar aquela reserva de emergências tão necessária em determinadas situações como desemprego ou problemas de saúde.

Em setembro, o Sistema de Consórcios, que também faz parte da cultura financeira do brasileiro, completa seis décadas. “Comparado à poupança, ele não é visto como forma de economizar visando suprir eventuais dificuldades”, explica Barbagallo, “Ele se assemelha quando o foco é poupar para a aquisição de bens ou contratação de serviços que propiciem a efetiva realização de sonhos e projetos”, completa.

Ambos, poupança e consórcio, estão sujeitos a situações conjunturais da economia nacional e internacional, que provocam reações e decisões de investidores e consumidores. Ao longo do tempo, identificam-se algumas semelhanças nos movimentos de aplicações em caderneta de poupança e nas adesões ao Sistema de Consórcios.

Reação dos aplicadores face aos cenários econômicos

A análise do saldo entre depósitos e retiradas de valores, chamados de captação líquida da caderneta de poupança, confirma, a partir do ano de 2006, a reação dos aplicadores face aos cenários econômicos de cada período.

“Em 2013, o COPOM elevou a taxa básica de juros. A poupança, que a partir do ano anterior estava atrelada à taxa Selic, teve rendimentos competitivos em relação aos investimentos em renda fixa, o que provocou recorde de captações”, exemplifica o economista.

“A captação líquida ficou em R$ 71,05 bilhões, 43% maior do que o ano anterior e o triplo da média calculada entre os anos de 2006 a 2012. Ou seja, foi uma resposta às medidas adotadas face ao momento da economia naquela ocasião”, complementa.

Alguns anos depois, de 2014 a 2016, houve grandes retiradas, utilizadas principalmente para pagamento de dívidas. Por se tratar de um quadro de recessão, com queda de renda e desemprego, as captações líquidas apresentaram saldos negativos de R$ 53,57 bilhões, em 2015, e de R$ 40,70 bilhões, em 2016.

Outra demonstração de influência ocorreu em 2020, com as turbulências do mercado geradas pela

pandemia da Covid 19: os investidores migraram boa parte de suas aplicações para a poupança em busca de segurança, apesar de rendimento menor.

Naquele ano a captação líquida bateu recorde, ao alcançar a marca de R$ 166,31 bilhões. No ano seguinte, com o arrefecimento da pandemia, as retiradas voltaram a ser maiores do que as aplicações, gerando uma captação negativa líquida de R$ 35,50 bilhões.

Conjunturas também afetam o consórcio

Por outro lado, apesar de manter crescimento constante e bater sucessivos recordes de participantes ativos, os números do Sistema de Consórcios também sofrem algumas variações em razão das questões conjunturais que afetam os consumidores e investidores.

Na crise internacional de 2008, cujos reflexos atingiram todos os países, “o consórcio foi beneficiado, mostrando que em períodos de turbulência os consumidores enxergam no Sistema um excelente mecanismo para a realização de seus projetos com segurança e planejamento”, esclarece Barbagallo.

De 2011 a 2014, o movimento de crescimento de participantes ativos mostrou ascensão, “semelhante à curva da poupança, exceto em 2014, quando os consorciados ativos deram um salto de 23,3% em relação ao ano anterior. Já a poupança anotou uma captação líquida de R$ 24,03 bilhões, bem abaixo do recorde de R$ 71,05 bilhões, verificado em 2013”, conclui.

Semelhante aos reflexos observados na poupança, a recessão, iniciada em 2015, fez com que o consórcio apresentasse redução de 193 mil consorciados, em 2016, e 107 mil, em 2017.

Em 2020, no auge da pandemia, “os consumidores e investidores enxergaram no consórcio um porto seguro para aportar seus recursos”, lembra o economista, “com o Sistema batendo seguidos recordes de adesão. Ao responder à pesquisa encomendada pela ABAC junto à Kantar, Divisão de Pesquisa de Mercado, Insights e Consultoria da WPP, os consumidores citaram: “não era o momento de gastar grandes quantias”, ou, “enxerguei no consórcio uma forma de poupar, visto o baixo rendimento das aplicações naquele período”. Todavia, nos anos seguintes, houve movimentos diversos da poupança, com avanços em 2021 e em 2022 também”, confirma.

Nos gráficos abaixo, é possível verificar a semelhança dos movimentos das captações líquidas da Caderneta de Poupança e das adesões ao Sistema de Consórcios no período analisado.

Diferenças entre poupança e consórcio

“É preciso deixar claro que poupança e consórcio, apesar das semelhanças nas oscilações ao longo dos anos, são produtos diferentes”, diz Rossi. “A poupança é uma aplicação financeira e remunerada por juros. Já o consórcio é a união de pessoas em torno de um objetivo comum, como a aquisição de bens para investimentos econômicos como, por exemplo, imóveis, que podem oferecer rendimentos de aluguéis no futuro, e em veículos e equipamentos, utilizados nos mais diversos tipos de negócios. Ou ainda, simplesmente para a compra de bens e contratação de serviços para uso sem objetivo de obtenção de renda”, compara.

Fonte: ABAC, em 04.10.2022